



IPv6 na Administração Pública

11 de maio
Auditório da eSPap, Alfragide

Lisboa, 13 de maio de 2016 - A APDSI realizou uma conferência sobre “IPv6 na Administração Pública”, a 11 de maio de 2016, no Auditório da eSPap, em Alfragide.

O IPv6 é uma nova geração do protocolo de Internet. De uma forma simplificada, pode dizer-se que **o IPv6 vai permitir aumentar (na escala dos muitos mil milhões) o número de endereços de IP disponíveis** mas há outras questões paralelas que é necessário acautelar. Desejavelmente, IPv6 e IPv4 deveriam “conviver” pacificamente durante algum tempo (o chamado “dual stack”) mas nem sempre é isso a que assistimos. **Com questões técnicas e de segurança por detrás, pode dizer-se que o surgimento da chamada Internet das Coisas terá acelerado a necessidade de adoção do IPv6.** Se, num futuro cada vez mais real, os objetos vão ser capazes de interagir autonomamente entre si, interligados à Internet, parece óbvia a necessidade de existência de um mais alargado meio de comunicação.

Vários governos, como o americano e o brasileiro, por exemplo, já adotaram o IPv6. E em Portugal? **Jaime Quesado, Presidente da ESPAP** - Entidade de Serviços Partilhados na Administração Pública, considera que o IPv6 «mexe com decisões da Comissão Europeia com implicações a nível nacional», enquanto **João Confraria, Administrador da ANACOM**, lembra que é missão da Autoridade Nacional das Comunicações «identificar o problema da migração, enquanto necessidade técnica. Será um problema que o mercado resolve ou será necessária intervenção regulatória?». A resposta ainda não é clara.

André Vasconcelos, da Comissão de Execução do GPTIC - Grupo de Projeto para as Tecnologias de Informação e Comunicação, afirma que até ao final do próximo ano «deverá estar definido o modelo e o roadmap para o IPv6 na Administração Pública ao nível intra e interministerial». A elaboração de um novo acordo no quadro de comunicações está a decorrer com o objetivo de ter todas as entidades públicas de cada área governativa a falar sem custos dentro da AP.

Sobre esse aspeto, **João Nuno Ferreira, da FCT/UCCN - Unidade de Computação Científica Nacional**, ressalva que «o trabalho só está bem feito quando o utilizador final nem se apercebe que está a usar IPv6». Apesar de já estar ativo desde 2003 e da gama de endereços em IPv6 já ser superior aos que estão em IPv4, «ainda não estão a gerar muito tráfego».

João Paulo Figueiredo, dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, fez um enquadramento histórico do IPv6, nascido em 1995, retratando os planos, dificuldades e intervenientes na sua implementação na Administração Pública.

Já numa abordagem mais prática, **António Bob Santos, do CEIIA - Centre for Innovation and Creative Engineering**, apresentou o IPv6 como driver para as cidades inteligentes nas próximas décadas. «As cidades vão ter de se esforçar para serem inteligentes. O impacto deste crescimento nas suas dinâmicas sociais é muito significativo com melhores serviços à disposição, logo, com novos modelos de negócio no horizonte», afirmou.

Valentim Oliveira, da SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços de Portugal, traçou os cenários possíveis para «o que acontecerá no dia em que a organização precisar de endereços públicos para além dos endereços IPv4 que já tem?». Há várias opções mas todas elas passam pela inevitável aquisição de endereços IPv6.

Rui Fernandes, da Cisco, não deixou margem para dúvidas quando assegurou que «os endereços de IPv4 já são um bem escasso. Se eu não me preparar para o IPv6 vou ter problemas porque o IPv4 não está garantido após 2020».

Vasco Lagarto, do Pólo das Tecnologias da Informação, Comunicação e Eletrónica, mostrou que a adoção do IPv6 está a ser um pouco mais lenta do que o esperado inicialmente mas está a acontecer. Apesar das incontestáveis vantagens na adoção do IPv6, Vasco Lagarto reconhece que «o IPv6 não tem em conta a compatibilidade com o IPv4».

A APDSI organizou a conferência, intitulada “**IPv6 na Administração Pública**”, por entender que é uma questão que se reveste de sensibilidade especial pois a informação em causa refere-se a cidadãos e organizações, incluindo as que são responsáveis pela segurança do próprio Estado.

Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas actividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da actualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Electrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interacções entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.

Para mais informações contacte:

APDSI

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Rua Alexandre Cabral, n.º 2C - Loja A

1600-803 Lisboa

Tel.: 217 510 762

Fax: 217 570 516

E-mail: secretariado@apdsi.pt

Site: <http://www.apdsi.pt>

Blogue: <http://portugal-si.blogspot.pt/>

Facebook: <http://www.facebook.com/apdsi.portugal>

Twitter: <https://twitter.com/apdsi>